

Discurso do Desembargador José Amorim Entrega da medalha Nilo Coelho - 25/10/2001

Senhores:

Este momento que vivemos é de grande relevância na vida de todos nós, os agraciados com a Medalha do Mérito Nilo Coelho, por esse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Experimento, além do mais, uma dupla satisfação de estar incluído entre os agraciados com a honrosa comenda, e a satisfação, não menor, de externar os agradecimentos a essa Corte em nome de todos os agraciados.

Todos os que acabamos de receber a honrosa comenda que traz o nome do inclito e sempre lembrado governador Nilo Coelho foram, ou ainda são homens públicos, suas vidas dedicadas à causa pública, imbuídos de uma filosofia de trabalho umbelicalmente voltada para o bem da comunidade dentro de suas atividades específicas. Assim, o gesto enobecedor desta Corte ao outorgar a honraria, não deixa de ser um reconhecimento ao desempenho de cada um dos agraciados pelo devotamento demonstrado no exercício da coisa pública; esse reconhecimento, senhoras e senhores, cala profundamente em cada um de nós, nem tanto pela vaidade natural de se ver lembrado, mas sobretudo por despertar reminiscências profundamente gratificantes de trabalhos desenvolvidos com abnegação e competência, traços marcantes que emolduram os currículos de quantos recebem agora esta homenagem.

Refiro-me a todo e a cada um. Refiro-me ao preclaro homem público que é o Dr. Cid Feijó Sampaio. Dele se pode dizer que enxergou além do seu tempo no plano administrativo e político, guardou fidelidade aos princípios de honradez que impregnam a sua fecunda existência, posicionou-se como paladino da industrialização quando no comando dos destinos de Pernambuco, eleito governador num processo democrático de revolução incruenta quando toda a sociedade foi mobilizada e que serviu de marco inicial de um processo novo e irreversível de administração voltada exclusivamente para os interesses do Estado, o que vale dizer, para os interesses do seu povo. E esse interesse maior demonstrado de forma inequívoca na administração pública igualmente norteou Cid Sampaio nas suas atividades privadas, particularmente em suas

gestões como presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, da Federação das Indústrias de Pernambuco e do Centro das Indústrias de Pernambuco, projetando-se ainda à sua atuação nas duas casas legislativas da República.

Refiro-me ao eminente desembargador Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral, colega muito admirado e estimado quer pela sua correção de atitudes, quer pelos apreciáveis dotes intelectuais catalizadores de uma cultura jurídica sólida que pude testemunhar no convívio diuturno ao longo de sete anos no Egrégio Tribunal de Justiça. Tenho o des. Antônio Camarotti como paradigma de um magistrado que se realiza a cada momento e que se aprimora a cada instante no exercício do seu ministério de distribuir a justiça.

Refiro-se ao não menos eminente desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes cuja ascensão ao Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco me propiciou especial contentamento porquanto o ilustre magistrado ocupou exatamente a vaga decorrente da minha aposentadoria. Ao ingressar na Magistratura pernambucana nos idos de 1982, o des. Bartolomeu Bueno já acumulava uma larga experiência como advogado militante, o que, sem dúvida, não somente lastreou de forma positiva o seu novo "status" de julgador como lhe propiciou um conhecimento mais profundo da nobre profissão de advogado, das suas lutas, das suas vitórias e dos seus reveses. Não conheci o advogado Bartolomeu Bueno, mas conheci o juiz íntegro, correto e disciplinado, e acompanho a sua trajetória como desembargador com a certeza do seu sucesso.

Refiro-me ilustre homem público e advogado Sérgio Hígino Dias dos Santos Filho por quem tenho uma admiração que transcende a sua longa experiência profissional como servidor público junto aos negócios do Fisco Estadual, professor, Procurador-Geral das Execuções Fiscais, Procurador-Geral do Estado, Secretário da Justiça, por duas vezes Secretário da Segurança Pública, entre outros misteres relevantes, admiração que se corporifica primordialmente nos seus conhecimentos jurídicos, na acuidade do seu raciocínio, na sua simplicidade e na fidelidade aos amigos.

Homem sereno, sincero e tolerante, sempre que dele

me aproximei auferi consideráveis lucros para a minha vida pessoal.

Refiro-me ao Auditor desta Corte de Contas, o Dr. Carlos Mauricio Cabral Figueiredo, também Conselheiro substituto desde o ano de 1996. Detentor de um vasto currículo onde sobressaem abundantes atividades extracurriculares tais como inúmeros cursos e participações em congressos e seminários, todos voltados para as atividades inerentes à administração pública, do ilustre agraciado se pode afirmar ser um homem claramente vocacionado para o serviço público. Ao conferir-lhe a medalha Nilo Coelho, o Tribunal de Contas demonstra o seu apreço pelo servidor ilustre e o apresenta como modelo de dedicação a ser imitado.

Refiro-me finalmente à dra. Heloisa Nunes de Oliveira, atual ocupante do importante cargo de auditor das contas públicas deste tribunal. O currículo da ilustre agraciada demonstra o mesmo empenho do seu colega há pouco referido, a mesma vocação para o serviço público, o mesmo compromisso com o aprimoramento intelectual e funcional que deve impregnar os que optaram pelos difíceis caminhos da administração pública.

Por fim, senhoras e senhores, cumpre-me externar os meus próprios agradecimentos por esta distinção.

Receber esta comenda do Egrégio Tribunal de Contas significa receber o abraço generoso de cada um dos seus membros, desde o seu ínclito Presidente o Dr. Adalberto Farias, até o mais humilde dos seus servidores. Costuma-se dizer que o Tribunal de Contas cuida de números. E nós sabemos que os números não têm beleza, se me permitem reviver uma apreciação de Aristóteles. Mas se os números não têm beleza em si mesmos, revelam contudo a beleza imanente da certeza que é uma extensão da beleza da verdade. E é

na busca dessa verdade numericamente constatável que consiste o grande e importante papel do Tribunal de Contas. É a busca da justiça dos números, retrato fiel da verdade administrativa, da justiça administrativa, da transparência no trato da coisa pública, dos recursos públicos e de sua criteriosa aplicação. Dentro dessa ótica que me parece fundamental, espera-se de um órgão tão importante, integrado por homens tão ilustres, mais do que um simples órgão destinado à aferição das contas públicas; espera-se que seja ele, aliás como tem sido, um farol a apontar o caminho, a dissipar trevas, a tornar menos hermética a interpretação dos dados e dos fatos administrativos, enfim, um órgão de tal forma imbuído de escrúpulos no trato dos recursos do povo que se torne, como me parece que já se tornou, um ponto de referência a orientar a todos os que lidam com aplicação dos recursos do povo tão dificultosamente adquiridos. Como disse há pouco, a verdade dos números é uma manifestação da justiça na sua concepção mais ampla.

Quero, na oportunidade, agradecer “ex imno cordis” ao digno Conselheiro Severino Otávio Raposo Monteiro por me ter indicado para receber esta honraria. Vi, nessa indicação nem tanto um tributo a um juiz que a minha consciência aponta como íntegro: vi, nessa indicação, o externar de uma afeição de muitos anos e o transbordamento de uma amizade que se tem solidificado nas agruras e nos percalços da nossa existência.

Ao Egrégio Tribunal de Contas do meu Estado, que, pelos seus ilustres pares coonestou e sancionou as nossas indicações para a medalha Nilo Coelho, na pessoa do seu ilustre Presidente o Dr. Adalberto Farias, externamos todos os nossos mais sinceros agradecimentos.